



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

Aos 20 dias do mês de fevereiro de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 116/XII, relativa à reunião de 13 de fevereiro
2. Apreciação e votação do requerimento do PEV para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição da Associação Representativa das Empresas de Navegação (RENA)
4. Nova apreciação dos P.J.L. n.º 230/XII/1.ª (BE) - Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas, e n.º 325/XII/2.ª (PCP) - Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem.
5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 538/XII/2.ª (PSD/CDS-PP) - Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços para que o projeto de reabilitação do Mercado do Bolhão possa ser elegível para efeitos de cofinanciamento comunitário
6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à comunicação de ocorrências na aviação civil, que altera o Regulamento (UE) n.º 996/2010 e revoga a Diretiva 2003/42/CE, o Regulamento (CE) n.º 1321/2007 da Comissão e o Regulamento (CE) n.º 1330/2007 da Comissão [COM(2012)776]
Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, à apresentação e à venda de produtos do tabaco e produtos afins [COM(2012)788]

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 126/XII/2.ª (GOV) - Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

9. Nova apreciação dos Projetos de Resolução n.º 453/XII/2.ª (BE), n.º 557/XII/2.ª (PEV) e 559/XII/2.ª (PSD/CDS-PP), todos relativos ao transporte de bicicletas nos comboios Intercidades da CP

10. Nomeação de Deputado para elaborar parecer sobre a Proposta de Lei n.º 128/XII/2.ª (GOV) - Estabelece o regime a que deve obedecer a implementação e utilização de sistemas de transportes inteligentes, transpondo a Diretiva n.º 2010/40/UE, de 7 de julho, que estabelece um quadro para a implementação de sistemas de transporte inteligentes no transporte rodoviário, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte Relator: cabe ao PS

11. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 116/XII, relativa à reunião de 13 de fevereiro

Submetida à votação, a ata n.º 116/XII/2.ª, relativa à reunião de 20 de fevereiro, foi aprovada por unanimidade.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

2. Apreciação e votação do requerimento do PEV para audição do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Tomou a palavra a Senhora Deputada Heloísa Apolónia (PEV) para apresentar os termos do requerimento sobre a proposta de audição, na Comissão, do Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a fim de ser questionado sobre a ausência de investimentos nas infraestruturas e no material ferroviário circulante, atendendo aos acidentes que recentemente tinham ocorrido.

Em seguida, intervieram os Senhores Deputados Nuno Matias (PSD) para dizer que existiam outros instrumentos regimentais que permitiam aos grupos parlamentares dar cumprimento à fiscalização da ação do Governo, para além dos requerimentos, e que se aguardavam as conclusões do inquérito sobre os acidentes ferroviários; Rui Paulo Figueiredo (PS) para referir que na linha do debate da reunião anterior, considerava pertinente a apresentação do requerimento; João Paulo Viegas (CDS-PP) para expressar que o documento em apreciação diferia do então apresentado pelo GPSCP, no qual não eram inferidos juízos de valor sobre a situação e que dever-se-ia aguardar pelos resultados do inquérito em curso; e Ana Drago (BE) para dizer que as razões apresentadas pelo GPPEV pareciam-lhe justas.

Submetido à votação, o requerimento em apreço foi rejeitado com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos a favor do PS, PCP, BE e PEV.

3. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição da Associação Representativa das Empresas de Navegação (RENA)

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

4. Nova apreciação dos PJI n.º 230/XII/1.ª (BE) - Sétima alteração à Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei nº 5/2004, de 10 de fevereiro), estabelecendo que a TMDP passa a ser paga diretamente pelas operadoras de comunicações eletrónicas, e n.º 325/XII/2.ª (PCP) - Altera a Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas),



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

impedindo a penalização dos consumidores pela TMDP - taxa municipal de direitos de passagem.

Interveio o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) para referir que o PSD e o CDS-PP dariam entrada, ainda nesse dia, no Plenário, de um Projeto de Lei que incidia sobre o artigo 45.º da Lei das Comunicações Eletrónicas (barramento), e, para que essa iniciativa se juntasse a este processo legislativo, iria solicitar que a mesma baixasse à CEOP sem votação. Sobre a matéria em causa, sugeriu que, imediatamente antes ou depois da próxima reunião da Comissão, os coordenadores dos grupos parlamentares se reunissem com vista a coordenarem procedimentos.

Nesses termos, este ponto da agenda foi adiado para a reunião seguinte.

5. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 538/XII/2.ª (PSD/CDS-PP) - Recomenda ao Governo que desenvolva todos os esforços para que o projeto de reabilitação do Mercado do Bolhão possa ser elegível para efeitos de cofinanciamento comunitário

Usou da palavra para dar início à discussão do Projeto de Resolução o Senhor Deputado Virgílio Macedo (PSD) que, referindo-se ao projeto de reabilitação do Mercado do Bolhão, disse que esta era uma estrutura fundamental para a cidade do Porto e que esperava-se que pudesse vir a servir de âncora para todo o comércio tradicional. A Câmara Municipal, ao ter assumido a necessidade de requalificação do mercado, considerava relevante para o seu sucesso fazê-lo com financiamento comunitário e de parcerias privadas.

Intervieram sobre o assunto os Senhores Deputados Fernando Jesus (PS), Hélder Amaral (CDS-PP) e Ana Drago (BE).

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) interveio para dar menção sobre o processo evolutivo do projeto. O Executivo do Presidente da Câmara Municipal de então, Dr. Fernando Gomes, tinha o projeto aprovado para efeito de uma intervenção de fundo. Em momento posterior, com a mudança de liderança da Câmara, o novo Executivo



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

tinha abandonado o projeto anterior e apresentado outro, que não tinha merecido a aprovação da população, considerando que não existiam condições de trabalho para comerciantes e clientes.

O Senhor Deputado Virgílio Macedo (PSD), no uso da palavra, referiu que a Câmara Municipal não era uma promotora imobiliária e que não se tratava apenas de uma reabilitação em termos estéticos. No projeto apresentado constava já uma parte destinada aos comerciantes. Porém, disse, tinha-se assistido a uma evolução da sociedade porque, no centro da cidade do Porto, ao existirem menos habitantes, o número de potenciais clientes tinha diminuído e, assim, era necessário transformar o mercado numa estrutura de atratividade para as pessoas, reservando uma parte para os comerciantes. A Câmara tinha-se esforçado para encontrar um parceiro privado.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP), sobre o mesmo assunto, referiu que no âmbito das iniciativas apresentadas pelo PS tinha recebido informação, nomeadamente, de engenheiros e arquitetos que não concordavam com aquelas. Tinha existido, contudo, uma preocupação na Câmara sobre o acesso ao financiamento. O que era necessário era assegurar o maior consenso político possível.

A Senhora Deputada Ana Drago (BE) interveio para se pronunciar sobre a recomendação efetuada pelo PSD ao Governo.

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à comunicação de ocorrências na aviação civil, que altera o Regulamento (UE) n.º 996/2010 e revoga a Diretiva 2003/42/CE, o Regulamento (CE) n.º 1321/2007 da Comissão e o Regulamento (CE) n.º 1330/2007 da Comissão [COM(2012)776]

Relatora: Deputada Carina Oliveira (PSD)

O relatório, após a apresentação efetuada pelo Senhor Deputado Nuno Matias (PSD) foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

7. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à aproximação das disposições legislativas, regulamentares e administrativas dos Estados-Membros no que respeita ao fabrico, à apresentação e à venda de produtos do tabaco e produtos afins [COM(2012)788]

Relator: Deputado Duarte Cordeiro (PS)

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) procedeu à apresentação do parecer em apreciação e salientou o facto de não existir matéria de fundo contra o conteúdo da Diretiva, mas em relação aos resultados havia desproporcionalidade. A embalagem do tabaco açoriano, tendo dimensão inferior à exigida pela Diretiva europeia, a ser alterada, traria consequências negativas em termos económicos. Neste sentido, a Comissão de Assuntos Europeus deveria ter em conta a desproporcionalidade desta iniciativa europeia. Bastaria introduzir a alteração das dimensões mínimas para ser mais equilibrada e equitativa.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que o assunto em causa não cumpria o princípio da subsidiariedade e de proporcionalidade, em matéria de saúde, não deixando aos Estados membros liberdade para legislar. Em termos de mercado interno, a iniciativa não cumpria os mesmos princípios, tendo em conta o impacto na economia dos Açores e os seus efeitos desproporcionados.

O Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD) usou da palavra para reiterar as dúvidas sobre o princípio da subsidiariedade e proporcionalidade já mencionados, devendo ser protegida a indústria do tabaco dos Açores.

O Senhor Deputado Duarte Cordeiro (PS) concordou com as intervenções anteriores e afirmou que, se para a Comissão de Saúde a Diretiva cumpria o princípio da subsidiariedade, em termos de proporcionalidade dos efeitos na economia não acontecia o mesmo. Contudo, embora não se devesse colidir com a conclusão da Comissão de Saúde, a CEOP deveria ser mais resistente e alertar os eurodeputados para a situação.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 126/XII/2.ª (GOV) - Concede autorização legislativa ao Governo no âmbito da aprovação do regime jurídico aplicável às práticas individuais restritivas do comércio

Relatora: Deputada Heloísa Apolónia (PEV)

Este ponto da ordem de trabalhos foi adiado para a reunião seguinte.

9. Nova apreciação dos Projetos de Resolução n.º 453/XII/2.ª (BE), n.º 557/XII/2.ª (PEV) e 559/XII/2.ª (PSD/CDS-PP), todos relativos ao transporte de bicicletas nos comboios Intercidades da CP

O Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) usou da palavra para informar que já tinha contactado os grupos parlamentares no sentido de ser efetuado um texto conjunto sobre a matéria.

A discussão sobre as iniciativas em apreço foi adiada para uma próxima reunião.

10. Nomeação de Deputado para elaborar parecer sobre a Proposta de Lei n.º 128/XII/2.ª (GOV) - Estabelece o regime a que deve obedecer a implementação e utilização de sistemas de transportes inteligentes, transpondo a Diretiva n.º 2010/40/UE, de 7 de julho, que estabelece um quadro para a implementação de sistemas de transporte inteligentes no transporte rodoviário, inclusive nas interfaces com outros modos de transporte

Relator: cabe ao PS

Foi designada relatora para elaborar parecer sobre a Proposta de Lei n.º 128/XII/2.ª (GOV) a Senhora Deputada Ana Paula Vitorino (PS).

11. Outros assuntos



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

Nada havendo a tratar neste ponto da ordem do dia, a reunião foi encerrada às 11:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de fevereiro de 2013.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 117/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Ana Drago
Ana Paula Vitorino
Bruno Dias
Carina Oliveira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Duarte Cordeiro
Eduardo Teixeira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Helóisa Apolónia
João Paulo Viegas
Luís Leite Ramos
Luís Menezes
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Fernando Virgílio Macedo
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Luís Campos Ferreira